

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Alterações significativas	8
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	9

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	10
10.2 - Resultado operacional e financeiro	33
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	35
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	36
10.5 - Políticas contábeis críticas	38
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	48
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	49
10.8 - Plano de Negócios	50
10.9 - Outros fatores com influência relevante	52

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos operacionais como os indicados no item 4.1 deste Formulário de Referência. A Companhia não formalizou uma política de gerenciamento de riscos, por entender que as práticas por ela adotadas são suficientes para lidar com os riscos a que está exposta.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção quanto aos riscos informados no item 4.1 deste Formulário de Referência, baseada em avaliação da relação custos x benefícios das referidas proteções, sob a ótica da experiência de seus Administradores e membros do Conselho de Administração, recorrendo a pareceres de especialistas, quando necessário.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

A Companhia acredita adotar procedimentos para proteção dos riscos mencionados no item 4.1 deste Formulário de Referência.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

As políticas e procedimentos de controle de riscos são definidos diretamente pelo Conselho de Administração e implementados pela Diretoria Financeira. Ao Conselho de Administração também cabe fiscalizar o cumprimento das referidas práticas. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui uma política e procedimentos formalizados de controle de risco.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Atualmente, a Companhia não adota estrutura organizacional ou sistemas de controle interno voltados especificamente à verificação do gerenciamento dos riscos apontados anteriormente, pois entende que as práticas por ela adotadas são suficientes para lidar com os riscos a que está exposta. No entanto, a Companhia pretende implementar futuramente políticas específicas para gerenciamento de riscos.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016, os pareceres dos auditores independentes não identificaram qualquer deficiência dos referidos controles.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento dos seus riscos de mercado. A Companhia não formalizou uma política de gerenciamento de riscos de mercado, por entender que as práticas por ela adotadas são suficientes para lidar com os riscos a que está exposta.

A gestão de risco é realizada pela Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, quando for o caso. A Diretoria Financeira identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. A Diretoria Financeira estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não-derivativos e investimento de excedentes de caixa.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Conforme informado no item 4.2 deste Formulário de Referência, as atividades da Companhia a expõem a diversos riscos de mercado, incluindo riscos de taxa de juros e atualização monetária, risco de crédito, risco cambial e risco de liquidez. O programa de gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Em especial, a Companhia busca proteção em relação aos riscos de variação nas taxas de câmbio e juros.

ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Com o objetivo de proteger o patrimônio à exposição de compromissos assumidos em moeda estrangeira, a Companhia desenvolveu sua estratégia para mitigar tal risco de mercado. A estratégia, quando aplicada, é realizada para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa desejável, ou seja, a manutenção do desembolso do recurso planejado.

A Companhia acredita que o gerenciamento de tais riscos é primordial para apoiar sua estratégia de crescimento sem que possíveis perdas financeiras reduzam o seu resultado operacional, visto que a Companhia não almeja obter ganhos financeiros através do uso de derivativos. A gestão dos riscos em moeda estrangeira é feita pela Gerência e Diretoria Financeiras, que avaliam as possíveis exposições a riscos e estabelecem diretrizes para medir, monitorar e gerenciar o risco relacionado às atividades da Companhia.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos locais e no exterior para gerenciar riscos relacionados às alterações nas taxas de câmbio e juros. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os contratos de derivativos serão lançados no balanço patrimonial com base no valor justo de mercado reconhecido nos demonstrativos de receitas, exceto nos casos em que critérios específicos de hedge sejam preenchidos. As estimativas de valor de mercado serão realizadas em uma data específica, geralmente baseados em cotações de mercado (mark to market)

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia contrata operações de derivativos, normalmente swaps e NDF (Non Deliverable Forwards), com instituições financeiras de primeira linha (rating de risco de crédito brAAA - escala nacional, Standard & Poor's ou similar), para garantir o valor comercial acordado no momento do pedido do bem a ser importado.

Da mesma forma, contratos de swaps ou NDFs, devem ser contratados, para garantir o fluxo de pagamentos (amortização de principal e juros) de financiamentos em moeda estrangeira.

As operações de swaps e NDFs são realizadas para converter para reais os compromissos financeiros futuros em moeda estrangeira. No momento da contratação dessas operações a Companhia minimiza o risco cambial igualando tanto o valor do compromisso quanto o período de exposição. O custo da contratação do

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

derivativo está atrelado à taxa de juros, normalmente ao percentual do CDI (certificado de depósito interbancário). Os swaps e NDFs com vencimento inferior ou posterior ao vencimento final dos compromissos podem, ao longo do tempo, serem renegociados de forma que seus vencimentos finais se igualem - ou se aproximem - do vencimento final do compromisso. Sendo assim, na data de liquidação, o resultado do swap e do NDF deverão compensar o impacto da variação cambial da moeda estrangeira frente ao real, contribuindo para estabilizar o fluxo de caixa.

Os instrumentos derivativos são contratados pela Companhia para determinadas importações de equipamentos, no intervalo entre a colocação dos pedidos e a correspondente nacionalização, contra riscos de flutuação na taxa de câmbio, os quais não são utilizados para fins especulativos.

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Quanto ao risco cambial, a Companhia tem por política não ficar exposta a qualquer compromisso em moeda estrangeira. Quanto ao risco de taxa de juros, a Companhia tem como política fazer suas operações com taxas pós-fixadas, pois suas receitas também podem crescer em função da inflação. A Companhia não dispõe de meios de proteção contra o risco de descasamento momentâneo provocado pela inflação entre as receitas e custos da Companhia.

Ressalta-se que o cálculo da posição mensal dos derivativos contratados é feito conforme a metodologia do valor justo, e são avaliados calculando o seu valor presente por meio da utilização de taxas de mercado que são impactadas nas datas de cada apuração. Essa metodologia, amplamente empregada, pode apresentar distorções mensais em relação à curva do derivativo contratado. Entretanto, a Companhia acredita que essa metodologia é a melhor a ser aplicada, pois mensura o risco financeiro caso seja necessário a liquidação antecipada do derivativo.

O monitoramento dos compromissos assumidos e a avaliação mensal do valor justo dos derivativos permitem acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa, bem como, garantir que os objetivos inicialmente planejados sejam atingidos. O cálculo preciso do valor justo das posições é disponibilizado mensalmente para o acompanhamento gerencial e o cálculo aproximado do referido valor é disponibilizado diariamente para acompanhamento gerencial.

A Companhia comprova a efetividade desses instrumentos com base na metodologia "Dollar offset", que é comumente utilizada por participantes do mercado de derivativos. Tal metodologia consiste em comparar o valor presente, líquido de exposições futuras em moeda estrangeira, de compromissos assumidos pela Companhia, com derivativos contratados para tal proteção cambial.

A provisão para as perdas não realizadas é reconhecida na conta de outros passivos, no balanço patrimonial, em contrapartida da conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia opera instrumentos financeiros com o objetivo de manter o valor dos equipamentos importados e, consequentemente com valor em moeda estrangeira, em reais, exclusivamente para fins de proteção patrimonial (hedge).

A Companhia tem como política não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

As políticas e os procedimentos de controle de riscos são definidos diretamente pelo Conselho de Administração e implementados pela Diretoria Financeira. Ao Conselho de Administração também cabe fiscalizar o cumprimento das referidas práticas.

Ressalta-se que todos os contratos com possíveis cláusulas de instrumentos derivativos ou títulos e valores mobiliários a serem realizados são avaliados pela Diretoria Financeira e Tesoureira da Companhia, antes das assinaturas, para que haja orientação a respeito da realização eventual dos testes de efetividade,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

estabelecimento da política contábil a ser adotada e da metodologia para cálculo do valor justo. A Companhia atualmente não detém contratos com derivativos em aberto.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Atualmente, a Companhia não adota estrutura organizacional ou sistemas de controle interno voltados especificamente à verificação do gerenciamento dos riscos apontados anteriormente, pois entende que as práticas por ela adotadas são suficientes para lidar com os riscos a que está exposta. No entanto, a Companhia pretende implementar futuramente políticas específicas para gerenciamento de riscos.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016, os pareceres dos auditores independentes identificaram deficiência dos referidos controles, conforme previsto no item 5.3 deste Formulário de Referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Além de outros procedimentos e políticas das áreas de operações, engenharia, recursos humanos, segurança e comercial, a Companhia possui as seguintes políticas e procedimentos referentes a controles internos administrativos e financeiros publicados e disponíveis para todos os colaboradores, através de sistema eletrônico;

- Código de conduta;
- Procedimentos de adiantamento, reembolso e prestação de contas;
- Procedimento de níveis de alçada;
- Procedimentos de Suprimentos;
- Política de *Savings* (Suprimentos);
- Política para uso de veículos e procedimentos para Ressarcimento de Multas por Infração de Trânsito;
- Política de Telefonia;
- Procedimento para importação de serviços;
- Procedimento de gerenciamento de documentos e registros;
- Política de gestão integrada.

A Companhia possui as seguintes políticas e procedimentos finalizados, porém ainda não disponibilizado para todos os colaboradores através de sistema eletrônico;

- Procedimento para Faturamento de Mercadoria e Serviços;
- Política de acesso (TI);
- Política de segurança de informações (TI).

Em 2016, a Companhia desenvolveu sistema próprio (SBM – Sistema de Boletins de Medição) para controle de provisão de receitas, o qual possui instruções para os usuários, controle de boletins de faturamento (“BMs”) faturados e a faturar, além de controle de alçada de aprovações para emissão de BMs. A provisão contábil é feita automaticamente, sem interação humana.

A Diretoria entende que as políticas acima e o SBM – Sistema de Boletins de Medição são eficientes e adequadas à Companhia.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

Todas as estruturas organizacionais da Companhia estão envolvidas nas práticas dos controles internos, sejam as unidades de negócio e áreas de apoio ao negócio.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A eficiência dos controles internos é supervisionada pela Administração constantemente e revisada pelo menos uma vez por ano pela Diretoria e Conselho de Administração, por ocasião da emissão da Comunicação de Deficiências de Controles Internos por parte dos Auditores Independentes.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

(i) Necessidade de formalização de Procedimentos de Controles Internos.

Atualmente a Companhia não possui políticas de controles internos formalizadas, além disso deve aprimorar determinados aspectos de sua política de procedimentos contábeis.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A padronização de políticas de controles internos, juntamente com o aprimoramento da política de procedimentos contábeis e o preenchimento de checklists de divulgação de demonstrações financeiras são algumas ações que permitiriam a uniformização dos procedimentos, viabilizando para Administração um melhor controle sobre as informações contábeis.

Adicionalmente, um manual de procedimentos deve ser facilmente acessível ao pessoal de contabilidade para assegurar que as políticas contábeis serão seguidas e consistentemente aplicadas. Este manual, também beneficiaria a Companhia quando houver rotatividade de pessoal-chave. Políticas de controles internos formalizadas proporcionam uma gestão com maior garantia da efetividade e consistência do cumprimento das referidas políticas.

Risco: Erros ou imprecisões nas divulgações das demonstrações financeiras.

Recomendação da empresa de auditoria independente especializada: Preparação de manual de políticas contábeis e de divulgações das demonstrações financeiras que deve incluir, critérios para construção de (lista não extensiva):

- Implementação e formalização de políticas de controles internos;
- Política para reconhecimento de receita, incluindo prática de provisões de receita;
- Política de aprovação para transações não usuais, incluindo lançamentos manuais;
- Regularização das pendências nas reconciliações bancárias;
- Contabilização e divulgação de derivativos;
- Acompanhamento das contingências passivas, bem como, das atualizações monetárias;
- Divulgações e registros de transações com partes relacionadas;
- Preenchimento de Checklists de divulgação a cada fechamento (anual); e
- Avaliação e registro de tributos diferidos.

➤ **Comentário da Diretoria:** A Companhia possui políticas e sistema próprio de controle descritas no item 5.3 (a) que são de fácil acesso de seus funcionários, contudo concorda com a necessidade de elaboração das seguintes políticas e procedimentos adicionais para aprimorar as práticas de controles internos da Companhia:

- Política de aprovação para transações não usuais, incluindo lançamentos manuais;
- Política de regularização das pendências de conciliações bancárias. A Companhia destaca que a conciliação é feita mensalmente, através de formulário padrão desenvolvido especialmente para esse fim.;
- Política de contratação, contabilização e divulgação de derivativos para fins exclusivos de *hedge*;
- Política para contabilização e controle de contingências passivas;
- Procedimento para divulgação e registros de transações com partes relacionadas.

(ii) Aprimoramento das análises e reconciliações tempestivas para os saldos contábeis.

Durante a execução dos procedimentos de auditoria, a empresa de auditoria independente especializada identificou contas contábeis, cujas análises estavam incompletas e/ou não reconciliadas com os registros contábeis. Como exemplo, citamos: caixa e equivalentes de caixa, imobilizado e intangível (especificamente a conciliação entre os sistemas SIM Materiais e o sistema patrimonial), provisões, dentre outros.

Risco. Imprecisão na contabilização dos saldos apresentados nas demonstrações financeiras.

Recomendação da empresa de auditoria independente especializada. A empresa de auditoria especializada independente recomenda que a Priner reavalie o atual procedimento adotado na elaboração de análises e reconciliações de determinados saldos contábeis com objetivo de mitigar os riscos de imprecisão e de gerar perdas futuras à Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Comentário da Diretoria: A Companhia realiza controle diário do caixa e equivalentes e dívidas onerosas (empréstimos e dívida da aquisição), os quais são conciliados mensalmente com a posição contábil. Além da diferença já mencionada no tópico anterior, referente a conciliação bancária (R\$ 56 mil), não existem pendências adicionais. A Diretoria concorda ser necessário desenvolver política e procedimentos para conciliação entre os controles operacionais (sistemas SIM Materiais) e contábeis.

(iii) Cut-off da receita – Controle e rotinas contábeis mais apuradas devem ser implementadas para reconhecimento das receitas por competência.

Durante a execução dos nossos procedimentos de auditoria, a empresa de auditoria independente especializada identificou inconsistências em relação ao método de reconhecimento de receita na competência correta, que apesar de não terem sido relevantes frente a materialidade de nossos testes, indica que a Companhia deve aprimorar os controles internos de cut-off da receita de serviços.

Risco. Reconhecimento da receita fora do período da competência e, consequentemente, risco de distorções na apresentação das demonstrações financeiras.

Recomendação. Implementar controles e rotinas contábeis mais apurados de forma a garantir que a receita de prestação de serviços seja reconhecida seguindo estas rotinas e que a mesma atenda aos critérios contábeis estabelecidos no CPC 30 (R1).

Comentário da Diretoria: A Diretoria considera que os controles atuais, especialmente o sistema SBM, desenvolvido em 2016, sejam adequados aos negócios desenvolvidos e garantam níveis de controle adequados.

Existem outras deficiências apontadas pela empresa de auditoria independente, contudo não são consideradas relevantes.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os comentários dos Diretores estão indicados no item “d” acima.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, não houve eventos que alterassem significativamente os principais riscos a que a Companhia está exposta ou a política de gerenciamento de riscos adotada.

Em 2014 e 2015, as incertezas na economia e na política impactaram os mercados onde a Companhia atua e muitos de seus clientes reduziram investimentos, suspenderam projetos e diminuíram o ritmo de obras. Esse comportamento do mercado impactou diretamente o desempenho da Companhia, o que se refletiu em maior ociosidade dos seus equipamentos e forçou uma revisão nos seus planos de investimento e expansão. Com isso, a Companhia reduziu seus investimentos em 2015 e 2016 para a nova realidade do mercado e focou seus esforços em eficiência operacional. Caso essas perspectivas se mantenham em 2017, as operações da Companhia poderão continuar a serem afetadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não há outras informações relevantes atinentes a este item 5.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As informações financeiras incluídas neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressaltado, referem-se às nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016.

a. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

A Administração entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para a continuidade e desenvolvimento de suas operações. Apesar do período conturbado enfrentado pela economia brasileira e, especialmente, pelo setor industrial, no período de 2014 em diante, nossas operações foram geradoras de caixa líquida, propiciando redução de nossa dívida líquida e evolução bastante satisfatória do índice de liquidez corrente, conforme demonstrado ao final deste item (10.1.a).

O ano de 2014

O Brasil enfrentou cenário político e econômico conturbado em 2014, com eleições presidenciais e investigações sobre corrupção envolvendo diversas empresas e políticos. Internamente, em consequência do *spin-off* ocorrido no final de 2013, focamos boa parte de nossos esforços na montagem de nossa estrutura física (nova sede e filiais) e de informática (*hardware* e *softwares*), buscamos garantir retenção de nossos principais talentos e promover seu alinhamento em torno de nosso plano estratégico, além de termos pesquisado setores econômicos para os quais identificamos oportunidades de expansão de nossos negócios.

Em função dos resultados atingidos, entendemos que nossa estratégia se mostrou acertada: manutenção de estrutura de apoio enxuta, busca de oportunidades comerciais com *pricing* adequado e postura rigorosa na gestão de recebíveis e de controle de investimentos. A fim de buscar proteção em relação aos riscos inerentes ao cenário político e econômico observado ao longo do ano (2014), optamos pela manutenção de “colchão de liquidez” durante todo o período.

Geramos Lucro Líquido e EBITDA de R\$ 8,0 milhões e R\$ 28,7 milhões, respectivamente, e distribuímos R\$ 2,1 milhões a título de juros sobre o capital próprio no início do ano seguinte.

O ano de 2015

O ano de 2015 se mostrou mais desafiador que 2014, por dois motivos: incertezas a respeito das investigações sobre denúncias de corrupção na Petrobrás e medidas de ajuste fiscal. Esses fatos levaram ao cancelamento de importante contratos para a Companhia no início do ano. A fim de enfrentar as dificuldades, reduzimos nossa estrutura e iniciamos processo de negociação com alguns fornecedores de serviços em busca de reduções de custo, trocando os que não aceitaram nossas propostas. Além disso, a fim de preservar nosso caixa, limitamos nossos investimentos no início do ano a aquisições de equipamentos que trariam redução imediata de custos e despesas e iniciamos negociações com alguns clientes que se tornaram inadimplentes.

Para aumentar nossas chances de sucesso na prospecção de novos negócios, nos reposicionamos em termos de *pricing*, sacrificando margens em algumas concorrências, buscando reduzir o impacto da recessão em nosso volume de negócios. Após redução de 27% em no primeiro bimestre de 2015, em comparação ao mesmo período do ano anterior, nossas receitas líquidas reagiram e solidificamos a recuperação de nosso *backlog*, o qual atingiu R\$ 208 milhões em agosto, encerrando o ano com R\$ 176 milhões para os próximos três anos.

Após a recuperação de nossas receitas e do *backlog*, dos primeiros benefícios das ações de redução de custos e despesas, do bem-sucedido esforço de negociação com nossos principais devedores e do pagamento da parcela anual da aquisição (R\$ 18,6 milhões em julho de 2015), optamos por reduzir nosso nível de caixa para o patamar de R\$ 20 milhões e retomar os investimentos em equipamentos produtivos. Os investimentos realizados no segundo semestre, os quais geraram retorno financeiro imediato, foram essenciais para compensar a redução em nosso volume de operações, fruto da recessão generalizada na economia nacional.

Geramos Lucro Líquido e EBITDA de R\$ 7,5 milhões e R\$ 24,2 milhões, respectivamente, e distribuímos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

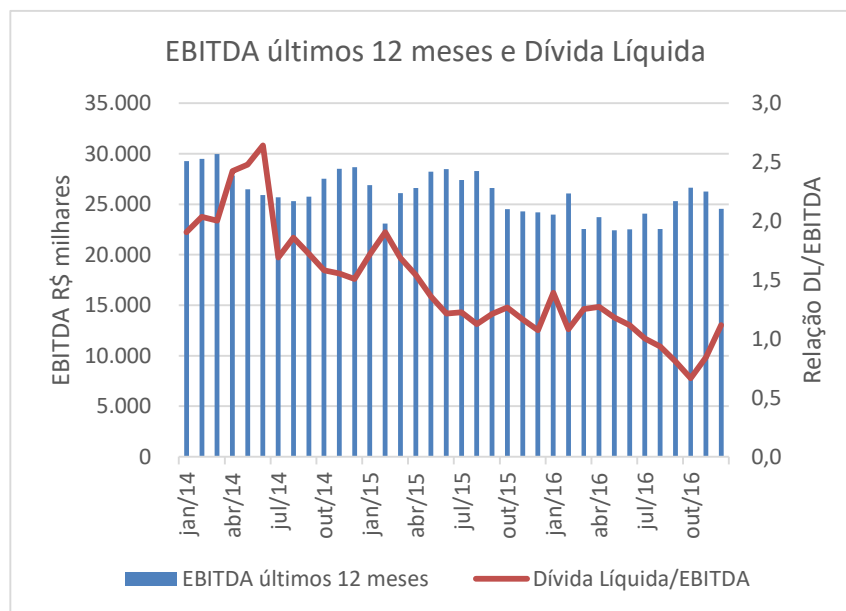
R\$ 3,0 milhões a título de juros sobre o capital próprio no início do ano seguinte.

O ano de 2016

O ano de 2016 foi marcado pela recuperação de nosso volume de atividades e redução das margens brutas, em função da estratégia adotada desde 2015, na qual optamos por reduzir preços com o objetivo de viabilizar a conquista de novos contratos. Como consequência, considerando-se contratos performados, nosso volume de operações aumentou 19,8% e 33,4% na comparação *versus* ano anterior e último trimestre do ano anterior, respectivamente. Ao final do ano, nosso *backlog* atingiu R\$ 199 milhões, dos quais R\$ 119 milhões para o ano de 2017.

A pressão sofrida por nossos custos e despesas em função de inflação, dissídio coletivo e aumento da alíquota incidente sobre as receitas para apuração do INSS (2% para 4,5%, a partir de novembro/15) foi parcialmente compensada por ações estruturais (ex. aquisição de ativos que geram redução gradual na intensidade de utilização de mão-de obra) e pontuais (ex. reversão de PDD dos principais devedores, como consequência de negociações extra-judiciais e ações de cobrança judicial).

O forte aumento de nossas receitas, mais notadamente a partir de setembro, gerou incremento em nosso capital de giro. A fim de compensar parcialmente esse fato, mantivemos os investimentos em ativo imobilizado (CAPEX) limitados a equipamentos com potencial para geração de retorno financeiro imediato e obtivemos sucesso em ações de cobrança e indenização por ativos não devolvidos. A relação Dívida Líquida/EBITDA nos últimos 12 meses, que chegou a atingir seu patamar mais baixo em outubro (0,67), encerrou o ano no patamar de 1,27 em 2016 e 1,07 em 2015. O gráfico a seguir demonstra a evolução deste indicador de janeiro de 2014 a dezembro de 2016.



Como parte de nossa estratégia para desenvolvimento e capacitação de líderes, contratamos a Fundação Dom Cabral para ministrar treinamento denominado “Programa de Desenvolvimento e Alinhamento Gerencial”, iniciado em agosto de 2016 e finalizado em fevereiro de 2017. O programa foi composto por cinco módulos e abordou os seguintes temas: cultura e mudança, liderança, *empowerment* e *ownership sense*, proatividade de mercado, empreendedorismo e inovação, gestão de desempenho e métodos de solução e análise de problemas.

Lançamos nossa nova marca (PRINER) em outubro, na Rio Oil & Gas 2016, oportunidade na qual aproveitamos para apresentar novos produtos de isolamento térmico. Mantivemos banner no aeroporto de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Macaé durante todo o ano de 2016 e realizamos inserções em veículos da mídia impressa. Em janeiro de 2017 lançamos nosso novo site: www.priner.com.br e formalizamos aquisição de 51% da empresa R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda. Em julho de 2017, formalizamos a aquisição de 75% da empresa Smartcoat Engenharia em Revestimento Ltda.

Geramos Lucro Líquido e EBITDA de R\$ 6,3 milhões e R\$ 21,6 milhões, respectivamente, e distribuímos R\$ 4,0 milhões a título de juros sobre o capital próprio e dividendos no início do ano seguinte.

Evolução da dívida líquida

A tabela a seguir apresenta o comportamento de nossa dívida líquida, calculada na forma prevista no item 3.2 “ii” deste Formulário de Referência, nos exercícios sociais de 2014, 2015 e 2016:

<u>Indicadores financeiros</u>	Valores expressos em R\$ Mil		
	Em 31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
Empréstimos e financiamentos Circulante ¹	37.578	29.102	42.034
Empréstimos e financiamentos Não Circulante ²	1.928	20.661	40.385
Dívida Bruta	39.506	49.763	82.419
(-) Caixa, equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários.	(12.063)	(23.795)	(39.174)
Dívida Líquida.....	27.443	25.968	43.245

¹ Inclui contas a pagar por aquisição societária e instrumento derivativo (swap)

² Inclui contas a pagar por aquisição societária

A redução acumulada de 36,54 % de nossa dívida líquida entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2016 decorreu, principalmente, da forte geração de caixa operacional da Companhia no período.

Índice de liquidez corrente

Nosso índice de liquidez corrente é calculado pela divisão do nosso ativo circulante pelo nosso passivo circulante. A variação negativa de 18,88% do referido índice no período compreendido entre 31 de dezembro de 2014 a 31 de dezembro de 2016 se deveu, principalmente, à redução das disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários), dado que parcela representativa dos recursos disponíveis foram utilizados para quitação de parcelas anuais do saldo das contas a pagar por aquisição societária. De fato, houve redução do prazo médio de nossos empréstimos e financiamentos, uma vez que a nossa dívida de longo prazo representava 49,00% da nossa dívida bruta em 31 de dezembro de 2014, passando a representar 41,52% e 4,88% em 31 de dezembro de 2015 e 2016, respectivamente.

<u>Indicadores financeiros</u>	Em 31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
		(em R\$ mil)	
Ativo Corrente	73.027	68.117	90.416
Passivo Corrente	63.213	52.167	63.360
Índice de liquidez corrente	1,16	1,31	1,43

b. Estrutura de Capital

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Entendemos que a nossa atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação do nosso passivo total e do nosso patrimônio líquido apresenta índices adequados a uma empresa do nosso segmento.

Em 31 de dezembro de 2016, a nossa estrutura de capital era composta por 45,89% de capital próprio (patrimônio líquido) e 54,11% de capital de terceiros (passivo total), comparados a 41,7 % de capital próprio e 58,3% de capital de terceiros em 31 de dezembro de 2015. Em 31 de dezembro de 2014, a nossa estrutura de capital era composta de 31,4% e 68,6% de capital próprio e de capital de terceiros, respectivamente, conforme evidenciado pela tabela a seguir:

	Em 31 de dezembro de					
	2016		2015		2014	
	R\$ mil	(%) ¹	R\$ mil	(%) ¹	R\$ mil	(%) ¹
	(em R\$ mil)					
Patrimônio líquido	55.790	45,89%	52.486	41,7%	47.405	31,4%
Passivo Total	65.775	54,11%	73.262	58,3%	103.766	68,6%
Total	121.565	100,0%	125.748	100,0%	151.171	100,0%

¹ Em relação ao total.

Nossa administração acompanha constantemente a relação entre capital próprio e capital de terceiros visando a manutenção de uma relação ótima que propicie maior retorno ao capital investido para nossos acionistas sem prejuízo de nossa liquidez, buscando assim a sustentabilidade de nosso negócio no longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2016, nosso patrimônio líquido consolidado era de R\$ 55,8 milhões comparado a R\$ 52,5 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 47,4 milhões em 31 de dezembro de 2014. O aumento no nosso patrimônio líquido entre 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2016 decorreu, principalmente, do resultado positivo das nossas atividades em tal período.

Para mais informações sobre a evolução de nossas contas de resultado, vide item 10.1.h e 10.2 desse Formulário de Referência.

i. Hipóteses de Resgate

Nosso estatuto social não prevê hipóteses de resgate de ações de nossa emissão além das legalmente previstas. Adicionalmente, na data deste Formulário de Referência, nossa Administração não tem intenção de convocar uma Assembleia Geral Extraordinária para este fim.

ii. Fórmula de Cálculo do Valor de Resgate

Nosso estatuto social não prevê hipóteses de resgate de ações de nossa emissão. Portanto, não prevê a fórmula de cálculo do valor de resgate.

c. Capacidade de Pagamento em Relação aos Compromissos Financeiros Assumidos

Temos honrado todas as nossas obrigações referentes aos nossos compromissos financeiros, até a data de arquivamento deste Formulário de Referência, bem como mantido a assiduidade dos pagamentos desses compromissos. Nosso passivo é composto basicamente por fornecedores, obrigações sociais e tributárias, financiamentos bancários, contas a pagar por aquisição de participação societária e provisões.

Nosso capital circulante líquido consolidado (correspondente à subtração do ativo circulante pelo passivo circulante) é positivo no período, tendo ele sido de R\$ 9,8 milhões em 31 de dezembro de 2016. Em períodos anteriores, nosso capital circulante líquido consolidado foi de R\$ 15,9 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 27,1 milhões em 31 de dezembro de 2014. Conforme mencionado no item 10.1.a, essa redução foi consequência da utilização de recursos disponíveis para quitação de parcelas anuais do saldo das contas a

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

pagar por aquisição societária.

Adotamos uma rígida gestão de caixa baseada na previsibilidade de entradas e saídas de recursos observando cenários conservadores de realização.

Considerando o perfil do nosso endividamento, nosso fluxo de caixa previsto e a nossa posição de liquidez atual, possuímos liquidez e recursos de capital suficientes para pagamento das despesas correntes, dívida bancária e investimentos de manutenção e melhorias previstos para os próximos 12 meses.

d. Fontes de Financiamento Utilizadas para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não circulantes

Temos adotado como estratégia a utilização de capital de terceiros, onerosos ou não onerosos, para financiar nossas atividades e investimentos. Temos optado nos últimos anos em reter a maior parte dos lucros obtidos bem como recorrer a financiamentos bancários para suportar a necessidade de capital de giro, bem como o financiamento do ativo fixo, seja para expansão ou para melhorias.

Até 31 de dezembro de 2016, temos adotado um nível de alavancagem que entendemos ser adequado aos nossos negócios e à estratégia de crescimento. A nossa alavancagem financeira pode ser medida pela dívida líquida sobre o nosso patrimônio líquido, tendo sido nos últimos três exercícios sociais correspondente a 0,91 em 31 de dezembro de 2014, 0,49 em 31 de dezembro de 2015 e 0,49 em 31 de dezembro de 2016.

Para maiores informações sobre nosso financiamento mediante empréstimos junto a instituições financeiras, vide item 10.1.f.(i) abaixo.

e. Fontes de Financiamento para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não circulantes Potenciais para Cobertura de Deficiências de Liquidez

As principais fontes de recursos para a nossa necessidade de capital que pretendemos utilizar no curso regular dos nossos negócios são a geração de caixa da operação e empréstimos bancários, sem prejuízo de recursos que possam vir a ser obtidos no mercado de capitais. Acreditamos que essas disponibilidades são suficientes para atender as nossas necessidades regulares de capital. A Administração recorrerá à utilização de linhas de créditos com instituições bancárias com as quais já trabalhamos e mantemos limites aprovados ou com novas instituições bancárias.

f. Níveis de endividamento e características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo dos nossos empréstimos e financiamentos, líquido do saldo de instrumentos derivativos financeiros, era de R\$ 39,5 milhões (R\$ 49,8 milhões e R\$ 82,4 milhões em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente).

Nossa dívida líquida é calculada pela soma dos nossos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante, incluindo a dívida de aquisição (fruto de *spin-off*) e saldo de instrumentos derivativos financeiros, deduzidos dos valores registrados como caixa, equivalente de caixa e valores mobiliários, e totalizou R\$ 27,4 milhões em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 26,0 milhões e R\$ 43,2 milhões em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente).

As principais características da nossa dívida líquida, com base em nossas demonstrações financeiras consolidadas, estão demonstradas na tabela a seguir:

Tipo	Taxa de juros (%) ¹	Consolidado – em R\$ mil		
		2016	2015	2014
Financiamento com Instituições Financeiras	CDI+2,45% a.a. a CDI + 4% a.a.	16.148	8.604	30.173
FINAME	6 a 13,04% a.a. préfixada	531	690	464
Financiamento de Importação - FINIMP	Variação Cambial +1,73% com swap para 125% do CDI	0	1.112	0

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Contas a pagar em Aquisição de Participação Acionária	100% do CDI	22.558	39.556	52.401
Instrumento Derivativo Financeiro		269	(199)	(619)
Dívida Bruta		39.506	49.763	82.419
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários		12.063	23.795	39.174
Dívida Líquida		27.443	25.968	43.245

¹ As informações relativas a Taxa de juros (%) referem-se aos saldos existentes em 2016

A tabela a seguir evidencia o perfil de amortização dos nossos empréstimos e financiamentos e contas a pagar em aquisição de participação acionária em 31 de dezembro de 2016:

<i>Em milhares de reais</i>	Até um mês	Mais que um mês e menos que três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	T
Empréstimos e financiamentos bancários	1.538	2.349	11.139	1.734	188		16.9
Contas a Pagar por Aquisição Societária			22.558				22.5
Total	1.538	2.349	33.697	1.734	188		39.3

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes*Capital de giro*

Ao final do ano de 2016, totalizávamos empréstimos para Capital de Giro no total de R\$ 16,4 milhões, os quais incluem empréstimos com taxa indexada a CDI + spread conforme tabela acima (item “h”) e saldo de instrumento derivativo financeiro (swap).

Contas a pagar relativa a aquisição de participação societária

Em 31 de dezembro de 2016, tínhamos saldo de R\$ 22,6 milhões relativo a aquisição de participação acionária. Essas contas a pagar foram contraídas, por sucessão, de Albuquerque Participações S.A., nossa antiga controladora, que incorporamos em 02 de dezembro de 2013.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2016, tínhamos saldo em aberto de R\$ 0,5 milhão, relativo a financiamento para aquisição de equipamentos.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Nossos contratos de empréstimos e financiamentos são garantidos por meio de diversos instrumentos, incluindo alienação fiduciária de ativos nos contratos das operações de FINAME e importação de equipamentos. Os empréstimos para capital de giro existentes em 31 de dezembro de 2016 tinham como garantia trava de domicílio bancário simples de contratos firmados entre a Companhia e alguns de nossos clientes.

Para maiores informações sobre o grau de subordinação do nosso passivo circulante e não circulante, vide

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

item 3.8 deste Formulário de Referência.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação das dívidas da companhia, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Os contratos de empréstimos e financiamentos celebrados por nós não contêm cláusulas restritivas, sejam relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário ou qualquer outra exigência que tenha que ser atendida.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2016, possuíamos financiamentos totais junto a instituições financeiras de R\$16,9 milhões e limites disponíveis de R\$ 11,1 milhões.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Apresentação das principais contas das nossas demonstrações de resultados

Receita operacional de vendas

De acordo com as políticas contábeis em vigor adotadas no Brasil, a receita reportada na demonstração do resultado deve incluir somente os ingressos brutos dos benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia, quando originários de suas próprias atividades. As quantias cobradas por conta de terceiros – tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre valor adicionado – não geram benefícios para a Companhia e não resultam em aumento do patrimônio líquido e, portanto, são excluídos da receita. Desta forma, os comentários abaixo relativos às variações entre os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016 são referentes somente a receita líquida, e não à receita bruta.

Apresentamos a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre nosso resultado, a partir das nossas demonstrações financeiras

Discussão das principais variações nas demonstrações de resultados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2016		2015		Variação
	(R\$ mil)	(%)	(R\$ mil)	(%)	2016/2015 (%)
Receita líquida de vendas e serviços	204.112	100,00	171.207	100,00	19,22
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	-156.967	-76,90	-124.802	-72,90	25,77
Lucro Bruto	47.145	23,10	46.405	27,10	1,59
Despesas operacionais, administrativas e gerais	-35.519	-17,40	-32.067	-18,73	1,08
Resultado de Equivalência Patrimonial	-40	-0,02	-15	-	166,67
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	11.586	5,68	14.323	8,37	-19,11
Receitas financeiras	4.318	2,12	6.698	3,91	-35,53
Despesas financeiras	-7.503	-3,68	-11.192	-6,54	-32,96
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	8.401	4,12	9.829	5,74	-14,53
Imposto de renda e contribuição social correntes	-2.812	-1,38	-3.392	-1,98	-17,10

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Imposto de renda e contribuição social diferidos	680	0,33	1.058	0,62	-35,73
Lucro líquido do exercício	6.269	3,07	7.495	4,38	-16,36

Receita líquida de vendas e serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a receita líquida de vendas e serviços da Companhia atingiu R\$ 204,1 milhões. Em relação ao exercício de 2015, houve aumento de R\$ 32,9 milhões, ou 19,2% em relação a 2015. Este aumento provém, principalmente, de incremento no volume de operações, parcialmente compensado por redução nos preços unitários de serviços prestados e redução da participação das receitas de locação em nosso *mix* de vendas.

Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados em 2016 totalizou R\$ 157,0 milhões, representando um aumento de 25,7% em relação ao exercício de 2015, causado, principalmente, pelo incremento no volume de atividades e inflação (dissídio coletivo). Esses fatores foram compensados, parcialmente, por melhoria de produtividade marginal, função de investimentos em alguns ativos, como por exemplo, andaimes de alumínio.

Lucro Bruto

O Lucro Bruto em 2016 atingiu R\$ 47,1 milhões, o que representa aumento de 1,5% em relação a 2015. Esse aumento foi basicamente causado pelo incremento no volume de operações, parcialmente compensado pela redução nos preços unitários de serviços prestados, redução da participação das receitas de locação em nosso *mix* de vendas e inflação (dissídio coletivo) nos custos.

Despesas Operacionais, Administrativas e Gerais

As despesas operacionais, administrativas e gerais foram de R\$ 35,5 milhões em 2016, um aumento de 1,1% em relação ao ano anterior. Esse aumento foi consequência de inflação, parcialmente compensado por redução na provisão para devedores duvidosos, em consequência do sucesso obtido em ações de cobrança junto a alguns clientes inadimplentes.

Resultados Financeiros

Os resultados financeiros, compostos pelas receitas financeiras e despesas financeiras, obteve redução de 29% em 2016, comparativamente ao ano anterior. A principal causa desta queda foi a redução do saldo de contas a pagar por aquisição societária.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado negativo de equivalência patrimonial obteve um aumento de 166,67% comparativa ao ano anterior. A principal causa deste aumento foram despesas iniciais da nova controlada Priner Locação de Equipamentos S.A.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O valor do imposto de renda e contribuição social correntes reduziu 17,10% em função do benefício fiscal resultante do juro sobre o capital próprio (JCP) creditado em 2016 ter sido superior ao ano anterior.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O valor do imposto de renda e contribuição social diferidos reduziu 35,73% em função de reduções no saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa e nas provisões temporárias de custos e despesas operacionais.

Lucro Líquido do Exercício

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os resultados em 2016 atingiram R\$ 6,3 milhões, o que representa redução de 16,3 % em relação a 2015. Os principais fatores a impactar positivamente os resultados foram o aumento do volume de operações, melhoria de produtividade marginal em função de investimentos em alguns ativos e redução dos juros sobre o saldo de contas a pagar por aquisição societária. Os principais fatores que impactaram negativamente os resultados foram redução nos preços unitários de serviços prestados, aumento de provisão para devedores duvidosos e redução da participação das receitas de locação em nosso *mix* de vendas e inflação nos custos e despesas.

Discussão das principais variações nas demonstrações de resultados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2015		2014		Variação
	(R\$ mil)	(%)	(R\$ mil)	(%)	2015/2014 (%)
Receita líquida de vendas de produtos	171.207	100,00	211.230	100,00	-18,95
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	-124.802	-72,90	-155.178	-73,46	-19,57
Lucro Bruto	46.405	27,10	56.052	26,54	-17,21
Despesas operacionais, administrativas e gerais	-32.067	-18,73	-36.711	-17,38	-12,65
Resultado de equivalência patrimonial	-15	-0,01	-	-	-
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	14.323	8,37	19.341	9,16	-25,94
Receitas financeiras	6.698	3,91	4.020	1,90	66,62
Despesas financeiras	-11.192	-6,54	-12.193	-5,77	-8,21
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	9.829	5,74	11.168	5,29	-11,99
Imposto de renda e contribuição social correntes	-3.392	-1,98	-3.939	-1,86	-13,89
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.058	0,62	831	0,39	27,32
Lucro líquido do exercício	7.495	4,38	8.060	3,82	-7,01

Receita líquida de vendas e serviços

Em 2015, a receita líquida de vendas e serviços da Companhia atingiu R\$ 171,2 milhões, uma redução de R\$ 40 milhões, ou 18,9%, em relação a 2014. Esta redução provém exclusivamente da redução no volume de operações, fruto da recessão da economia brasileira, especialmente do segmento industrial. Esse impacto foi parcialmente compensado por ligeiro aumento na representatividade das receitas com locação.

Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados em 2015 totalizou R\$ 124,8 milhões, representando uma queda de 19,6% em relação ao exercício de 2014. Essa redução foi causada, basicamente, pela retração no volume de atividades. O custo dos produtos vendidos e serviços prestados foi impactado por demissões (R\$ 4,4 milhões), em face de reestruturação da Companhia e do encerramento de alguns contratos devido à recessão brasileira.

Lucro Bruto

O Lucro Bruto em 2015 atingiu R\$ 46,4 milhões, o que representa redução de 17,2% em relação ao ano anterior. Essa redução foi basicamente causada pela redução no volume de operações, visto a margem bruta

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ter se mantido estável.

Despesas Operacionais, Administrativas e Gerais

Nossas despesas operacionais, administrativa e gerais atingiram R\$ 32,1 milhões em 2015, uma redução de 12,67% em relação a 2014. Essa redução foi fruto do programa de redução de despesas implantado no início de 2015, o qual gerou os primeiros benefícios em março, aliada a redução na provisão para devedores duvidosos, em consequência do sucesso obtido em ações de cobrança junto a alguns clientes inadimplentes.

Resultados Financeiros

Apesar do aumento dos juros básicos ocorrido na economia brasileira, o resultado financeiro líquido (receitas e despesas financeiras) apresentou melhora expressiva em relação a 2014, em função de redução da dívida líquida e da cobrança de juros em negociações com clientes inadimplentes.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial de 2015 refere-se a despesas incorridas para Sociedade em Conta de Participação (SCP), não ocorridas em 2014.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O valor do imposto de renda e contribuição social correntes reduziu 13,89% em função do benefício fiscal resultante do juros sobre o capital próprio (JCP) creditado em 2015 ter sido superior ao ano anterior.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O valor do imposto de renda e contribuição social diferidos aumentou 27,32% em função de redução no saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa e aumento nas provisões temporárias de custos e despesas operacionais.

Lucro Líquido do Exercício

Os resultados em 2015 atingiram R\$ 7,5 milhões, redução de 7,0% em relação a 2014. Os principais fatores a impactar os resultados foram a redução no volume de operações, o programa de redução de custos e despesas, as despesas não recorrentes com desligamentos de funcionários, redução nas provisões para devedores duvidosos e a melhoria nos resultados financeiros líquidos.

*Balanços patrimoniais**Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015*

Balanços patrimoniais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2016	Análise Vertical	2015	Análise Vertical	Variação 2016x2015
	(milhares de reais)	(%) ¹	(milhares de reais)	(%) ¹	(%) ²
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	12.063	16,52	23.795	34,93	-49,30
Contas a receber	56.130	76,86	39.035	57,30	43,79

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Estoques	15	0,02	320	0,47	-95,31
Créditos com funcionários	642	0,88	428	0,63	50,00
Tributos a recuperar	3.801	5,21	4.015	5,89	-5,33
Instrumentos derivativos financeiros /(Swap)	-	-	199	0,29	-100,00
Outros Ativos	376	0,51	325	0,48	15,69
Total do ativo circulante	73.027	100	68.117	100	7,21
Não circulante					
Tributos diferidos	5.927	12,21	5.246	9,10	12,98
Depósitos judiciais	258	0,53	3	0,01	8.500,00
Outros Créditos	39	0,08	-	-	-
Investimentos	64	0,13	61	0,11	4,92
Imobilizado	41.272	85,03	51.293	89	-19,54
Intangível	978	2,02	1.028	1,78	-4,86
Total do Ativo Não Circulante	48.538	100	57.631	100	-15,78
Total do ativo	121.565		125.748		-3,33

⁽¹⁾ Participação percentual em nosso ativo circulante/não circulante.

⁽²⁾ Aumento (redução) do total registrado de um período para o outro.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2016	Análise Vertical (1)	2015	Análise Vertical (1)	Variação 2016x2015 (2)
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	(%)
Passivo Circulante					
Fornecedores	5.113	8,09	6.147	11,78	-16,82
Empréstimos e Financiamentos	14.751	23,33	9.523	18,25	54,90
Salários e encargos sociais	12.771	20,20	9.982	19,13	27,94
Tributos a pagar	3.191	5,05	3.322	6,37	-3,94
Participação nos lucros a pagar	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	3.932	6,22	2.962	5,68	32,75
Contas a pagar por aquisição societária	22.558	35,69	19.778	37,91	14,06
Instrumento derivativo financeiro (Swap)	269	0,43	-	-	100
Outros passivos	628	0,99	453	0,87	38,33
Total do passivo circulante	63.213	100	52.167	100	21,17
Não Circulante					
Empréstimos e Financiamentos	1.928	75,25	883	4,18	118,35
Contas a pagar por aquisição societária	-	-	19.778	93,76	-100

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Provisão para riscos	634	24,75	434	2,06	46,08
Total do passivo não circulante	2.562	100	21.095	100	-87,85
Patrimônio líquido					
Capital social	41.861	75,03	41.854	79,74	0,02
Reservas de capital	1.555	2,79	590	1,12	163,56
Reserva de lucros	14.264	25,57	10.041	19,14	42,06
Dividendos adicionais propostos	64	0,11	-		100
Prejuízos acumulados	(1.954)	-3,50	-		100
Total do patrimônio líquido	55.790	100	52.486	100	6,30
Total do passivo e do patrimônio líquido	121.565		125.748		-3,33

⁽¹⁾ Participação percentual em nosso passivo circulante/não circulante.

⁽²⁾ Aumento (redução) do total registrado de um período para o outro.

Ativo Circulante*Caixa e equivalentes de caixa*

O saldo de nosso caixa e equivalentes de caixa apresentou redução de 49,3%, passando de R\$ 23,8 milhão em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 12,1 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa redução foi ocasionada pela utilização de parcela representativa dos recursos disponíveis para quitação de uma parcela anual do saldo das contas a pagar por aquisição societária, ocorrida em julho de 2016, no montante de R\$ 21,2 milhões.

Contas a receber

O saldo de contas a receber apresentou crescimento de 43,8%, passando de R\$ 39,0 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 56,1 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento decorreu de dois fatores: aumento de receitas líquidas no último trimestre de 2016 de 26,3% em relação ao mesmo período do ano anterior e incremento no prazo médio de recebimento, que foi de 64 e 70 dias em dez/15 e dez/16, respectivamente. Essa variação no prazo médio de recebimento foi ocasionada, principalmente, por títulos a vencer.

Estoque

O saldo de nosso estoque apresentou uma redução de 95,3%, passando de R\$ 0,3 milhão em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 0,02 milhão em 31 de dezembro de 2016. A Companhia só mantém estoques de produtos encomendados pelos clientes, havendo expectativa de venda dos mesmos em prazo reduzido de tempo.

Créditos com funcionários

O saldo de créditos com funcionários apresentou aumento de 50%, passando de R\$ 0,4 milhão em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 0,6 milhão em 31 de dezembro de 2016. Essa variação foi ocasionada, principalmente, pelo aumento na quantidade de funcionários, em função da recuperação no volume de atividades em 2016.

Tributos a recuperar

O saldo de tributos a recuperar apresentou redução de 5,3%, passando de R\$ 4,0 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 3,8 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa redução decorreu, principalmente, em razão da compensação dos saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social de exercícios anteriores.

Instrumentos Derivativos Financeiros (Swap)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O saldo de instrumentos derivativos financeiros (Swap), que representa a diferença (valor a receber) entre a variação cambial de empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira e a variação de juros em moeda nacional, foi de R\$ 0,2 milhão em 31 de dezembro de 2015. A Companhia adota estratégia de proteção total do risco cambial decorrente de dívidas contratadas em moeda estrangeira.

Outros ativos

O saldo de outros ativos apresentou aumento de 15,7%, passando de R\$ 0,3 milhão em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 0,4 milhão em 31 de dezembro de 2016, basicamente em função do incremento no volume de atividades.

Ativo não circulante

Tributos diferidos

O saldo de nossos tributos diferidos apresentou um aumento de 12,98%, passando de R\$ 5,2 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 5,9 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa variação foi consequência da constituição de provisão para devedores duvidosos em 2016 (R\$ 1,8 milhões).

Depósitos Judiciais

O saldo de depósitos judiciais foi de R\$ 0,3 milhão em 2016, composto de recursos judiciais em função de processos trabalhistas.

Outros créditos

O saldo de outros créditos (R\$ 0,04 milhão) refere-se a valores a receber da MSI do Brasil, em função de Sociedade em Conta de Participação.

Investimento

Em 23 de outubro de 2014 foi firmada, por meio de um Memorando de Entendimentos (“MOU”), uma parceria com a sociedade alemã Muehlhan, a qual é especializada na prestação de serviços diversos, tais como revestimento, jateamento, proteção contra incêndio, instalação de andaimes, isolamento e serviços em aço para os setores de óleo & gás, naval e industrial. Em 1º de julho de 2015, os direitos e obrigações da Muehlhan decorrentes do MOU foram cedidos para a MSI do Brasil – Serviços Marítimos Ltda. (“MSI Brasil”). A MSI Brasil e a Companhia formaram uma sociedade por conta de participação denominada “Mills SI/ Muehlhan-SCP”, onde a Companhia é a sócia ostensiva e a MSI Brasil é a sócia participante, com a finalidade de envidar esforços comerciais para a prestação de serviços de tratamento de superfícies. A participação societária, até a data deste Formulário de Referência, é de 50% para cada sócia. O saldo desta conta foi de R\$ 0,06 milhão em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Imobilizado e Intangível

O saldo de nosso imobilizado e intangíveis apresentou uma redução de 19,2%, passando de R\$ 52,3 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 42,3 milhões em 31 de dezembro de 2016. Os investimentos em 2016 totalizaram R\$ 3,6 milhões, com depreciação e amortização de R\$ 10,0 milhões e baixa de ativos indenizados de R\$ 3,4 milhões.

Passivo circulante

Fornecedores

O saldo a pagar a fornecedores apresentou uma redução de 16,8%, passando de R\$ 6,1 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 5,1 milhões em 31 de dezembro de 2016, em função de aquisições de ativos (importações) realizadas no final de 2015 e quitadas em 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empréstimos e financiamentos

O saldo de nossos empréstimos e financiamentos de curto prazo apresentou crescimento de 54,9 %, passando de R\$ 9,5 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 14,8 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esse incremento foi consequência da necessidade de capital de giro, em função, principalmente, do aumento do saldo de contas a receber.

Salários e encargos sociais

O saldo de salários e encargos sociais apresentou crescimento de 27,9%, passando de R\$ 10,0 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 12,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, fruto do aumento no volume de atividades e quadro de pessoal.

Tributos a pagar

Ao contrário do aumento esperado em função da recuperação do volume de atividades ocorrido em 2016, o saldo de tributos a pagar apresentou redução de 3,9%, passando de R\$ 3,3 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 3,2 milhões em 31 de dezembro de 2016. O saldo de 2015 estava inflado, indevidamente, pelo valor de PIS/COFINS referente a maio de 2015 (R\$ 1,2 milhões), o qual não foi recolhido na competência adequada. O valor em questão foi quitado em janeiro de 2016, mediante denúncia espontânea por iniciativa da Companhia.

Participação nos lucros a pagar

Em 31 de dezembro de 2015 e 2016, não houve participação nos lucros a pagar, uma vez que o resultado do EVA da Companhia foi negativo.

Juros sobre o capital próprio

O saldo de juros sobre o capital próprio apresentou um aumento de 32,75%, passando de R\$ 3,0 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 4,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, em função de melhoria do lucro líquido e decisão da Companhia.

Contas a pagar por aquisição societária

O saldo de contas a pagar por aquisição societária apresentou um aumento de 14,1%, passando de R\$ 19,8 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 22,6 milhões em 31 de dezembro de 2016. O saldo desta conta em 2016 foi fruto dos seguintes eventos: quitação da parcela anual de curto prazo de 2015, reclassificação da parcela anual de longo prazo de 2015 para curto prazo e respectiva correção pelo CDI.

Outros passivos

O saldo de outros passivos apresentou aumento de 38,33%, passando de R\$ 0,5 milhão em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 0,6 milhão em 31 de dezembro de 2016, basicamente em função do aumento de atividades.

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

O saldo de nossos empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentou um aumento de 118,4%, passando de R\$ 0,9 milhão em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 1,9 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esse incremento foi consequência da necessidade de capital de giro, em função, principalmente, do aumento do saldo de contas a receber.

Contas a pagar por aquisição societária

O saldo de contas a pagar por aquisição societária foi zerado em 2016, em consequência da reclassificação do saldo de 2015 para o curto prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Provisão para risco*

O saldo de provisões apresentou incremento de 46,1%, passando de R\$ 0,4 milhão em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 0,6 milhão em 31 de dezembro de 2016. Eles representam riscos com processos trabalhistas, considerados de perda provável, de acordo com parecer de nossos consultores jurídicos externos.

Patrimônio líquido*Capital social*

Nosso capital social apresentou incremento de 0,02%, decorrente aumento de capital aprovado em Reunião do Conselho de Administração de 05/12/2016.

Reserva de capital

Nossa reserva de capital apresentou aumento de 163,6%, passando de R\$ 0,6 milhão em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 1,6 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa reserva é referente ao plano de *stock options* para administradores e certos empregados da Companhia. Ver item 13.4 do Formulário de Referência.

Reserva de lucros

Nossa reserva lucros apresentou crescimento de 42,0%, passando de R\$ 10,0 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 14,2 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento decorreu dos resultados positivos no período, parcialmente compensados pela distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos provisionados.

Dividendos Adicionais Propostos

Em 2016 foram propostos adicionais de 0,06 milhões.

Prejuízos acumulados

Tendo em vista a reapresentação das demonstrações financeiras de 2016 decorrentes da inclusão dos Principais Assuntos de Auditoria no relatório emitido pelos auditores independentes, foi identificado evento subsequente relativo à provisão para devedores duvidosos sobre recebíveis de cliente que entrou em recuperação judicial e correspondente efeito de imposto de renda diferido ativo. Estes ajustes foram reconhecidos como segue:

Contas a receber – ativo circulante – R\$ -2,96 milhões

Tributo diferido – ativo não-circulante – R\$ 1,01 milhões

Prejuízo Acumulado – Patrimônio líquido – R\$ -1,95 milhões

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

Balancos patrimoniais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2015	Análise Vertical	2014	Análise Vertical	Variação 2015x2014
	(milhares de reais)	(%) ¹	(milhares de reais)	(%) ¹	(%) ²
Ativo					
Circulante					

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Caixa e equivalentes de caixa	23.795	34,93	15.475	17,12	-53,76
Títulos e valores mobiliários	-	-	23.699	26,21	-100,00
Contas a receber	39.035	57,31	45.989	50,86	-15,12
Estoques	320	0,47	133	0,15	140,60
Créditos com funcionários	428	0,63	681	0,75	-37,15
Tributos a recuperar	4.015	5,89	3.471	3,84	15,67
Instrumentos financeiros (Swap) derivativos	199	0,29	619	0,68	-67,85
Outros Ativos	325	0,48	349	0,39	-6,88
Total do ativo circulante	68.117	100	90.416	100	-24,66
Não circulante					
Tributos diferidos	5.246	9,1	4.188	6,89	25,26
Depósitos judiciais	3	0,01	4	0,01	-25,00
Investimentos em sociedade em conta de participação	61	0,11	-	-	-
Imobilizado	51.293	89	55.622	91,55	-7,78
Intangível	1.028	1,78	941	1,55	9,25
Total do Ativo Não Circulante	57.631	100	60.755	100	-5,14
Total do ativo	125.748		151.171		-16,82

⁽¹⁾ Participação percentual em nosso ativo circulante/não circulante.

⁽²⁾ Aumento (redução) do total registrado de um período para o outro.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2015	Análise Vertical (1)	2014	Análise Vertical (1)	Variação 2015x2014 (2)
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	(%)
Passivo Circulante					
Fornecedores	6.147	11,78	4.246	6,7	44,77
Empréstimos e Financiamentos	9.523	18,25	25.186	39,75	-62,19
Salários e encargos sociais	9.982	19,14	10.862	17,14	-8,10
Tributos a pagar	3.322	6,37	2.127	3,36	56,18
Participação nos lucros a pagar	-		524	0,83	-100
Juros sobre capital próprio a pagar	2.962	5,68	2.069	3,27	43,16
Contas a pagar por aquisição societária	19.778	37,91	17.467	27,57	13,23
Outros passivos	453	0,87	879	1,38	-48,35
Total do passivo circulante	52.167	100	63.360	100	-17,66
Não Circulante					
Empréstimos e Financiamentos	883	4,19	5.451	13,49	-83,80
Contas a pagar por aquisição societária	19.778	93,76	34.934	86,46	-43,38

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Provisão para riscos	434	2,05	21	0,05	1.966,67
Total do passivo não circulante	21.095	100	40.406	100	-47,79
Patrimônio líquido					
Capital social	41.854	79,75	41.854	88,29	0,00
Reservas de capital	591	1,12	43	0,09	1274,42
Reserva de lucros	10.041	19,13	5.508	11,62	82,30
Total do patrimônio líquido	52.486	100	47.405	100	10,72
Total do passivo e do patrimônio líquido	125.748		151.171		-16,82

⁽¹⁾ Participação percentual em nosso passivo circulante/não circulante.

⁽²⁾ Aumento (redução) do total registrado de um período para o outro.

Ativo Circulante*Caixa e equivalentes de caixa*

O saldo de nosso caixa e equivalentes de caixa apresentou um aumento de 53,8%, passando de R\$ 15,5 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 23,8 milhões em 31 de dezembro de 2015. Essa redução foi fruto de alteração na estratégia da Companhia para gestão do caixa, que optou por reduzir os níveis de disponibilidades ao longo de 2015.

Títulos e valores mobiliários

O saldo de títulos e valores mobiliários apresentou redução de 100% em 31 de dezembro de 2015. Essa redução foi fruto de alteração na estratégia da Companhia para gestão do caixa, que optou por reduzir os níveis de disponibilidades ao longo de 2015.

Contas a receber

O saldo de contas a receber apresentou decréscimo de 15,1%, passando de R\$ 46,0 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 39,0 milhões em 31 de dezembro de 2015. Essa redução foi consequência da queda nas receitas, aliada a leve redução no prazo médio de recebimento (67 e 64 dias em dezembro de 2014 e 2015, respectivamente).

Estoque

O saldo de nosso estoque apresentou um aumento de 140,6%, passando de R\$ 0,1 milhão em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 0,3 milhão em 31 de dezembro de 2015. A Companhia só mantém estoques de produtos encomendados pelos clientes, havendo expectativa de venda dos mesmos em prazo reduzido de tempo.

Créditos com funcionários

O saldo de créditos com funcionários apresentou redução de 37,2%, passando de R\$ 0,7 milhão em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 0,4 milhão em 31 de dezembro de 2015. Essa variação foi ocasionada, principalmente, pelo decréscimo na quantidade de funcionários, em função da retração nas atividades em 2015.

Tributos a recuperar

O saldo de tributos a recuperar apresentou incremento de 15,7%, passando de R\$ 3,5 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 4,0 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esse aumento decorreu, principalmente, em razão do aumento dos saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social.

Instrumentos Derivativos Financeiros (Swap)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O saldo de instrumentos derivativos financeiros (Swap), que representa a diferença (valor a receber) entre a variação cambial de empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira e a variação de juros em moeda nacional, foi de R\$ 0,2 milhão em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 0,6 milhão em 31 de dezembro de 2014. A Companhia adota estratégia de proteção total do risco cambial decorrente de dívidas contratadas em moeda estrangeira.

Outros ativos

O saldo de outros ativos apresentou redução de 6,9%, passando de R\$ 0,3 milhão em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 0,3 milhão em 31 de dezembro de 2015.

Ativo não circulante

Tributos diferidos

O saldo de nossos tributos diferidos acrescido de 25,3%, passando de R\$ 4,2 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 5,2 milhões em 31 de dezembro de 2015. Essa variação foi consequência da constituição de provisão para devedores duvidosos, provisão para *stock options* e outras provisões (realizadas em 2016).

Investimento em sociedade em conta de participação

Em 23 de outubro de 2014 foi firmada, por meio de um Memorando de Entendimentos (“MOU”), uma parceria com a sociedade alemã Muehlhan, a qual é especializada na prestação de serviços diversos, tais como revestimento, jateamento, proteção contra incêndio, instalação de andaimes, isolamento e serviços em aço para os setores de óleo & gás, naval e industrial. Em 1º de julho de 2015, os direitos e obrigações da Muehlhan decorrentes do MOU foram cedidos para a MSI do Brasil – Serviços Marítimos Ltda. (“MSI Brasil”). A MSI Brasil e a Companhia formaram uma sociedade por conta de participação denominada “Mills SI/ Muehlhan-SCP”, onde a Companhia é a sócia ostensiva e a MSI Brasil é a sócia participante, com a finalidade de envidar esforços comerciais para a prestação de serviços de tratamento de superfícies. A participação societária, até a data deste Formulário de Referência, é de 50% para cada sócia. O saldo desta conta foi de R\$ 0,06 milhão em 31 de dezembro de 2015 e nulo em 31 de dezembro de 2014.

Imobilizado e Intangível

O saldo de nosso imobilizado e intangíveis apresentou redução de 7,5%, passando de R\$ 56,6 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 52,3 milhões em 31 de dezembro de 2015. Os investimentos em 2015 totalizaram R\$ 6,6 milhões, com depreciação e amortização de R\$ 9,9 milhões e baixa de ativos indenizados de R\$ 0,4 milhão.

Passivo circulante

Fornecedores

O saldo a pagar a fornecedores apresentou incremento de 44,8%, passando de R\$ 4,2 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 6,1 milhões em 31 de dezembro de 2015, em função de aquisições de ativos (importações) realizadas no final de 2015 e alongamento de prazos de fornecedores negociadas ao longo de 2015.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de nossos empréstimos e financiamentos de curto prazo apresentou redução de 62,2%, passando de R\$ 25,2 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 9,5 milhões em 31 de dezembro de 2015. Essa redução foi fruto de alteração na estratégia da Companhia para gestão do caixa, que optou por reduzir os níveis de disponibilidades ao longo de 2015, utilizados para quitação de obrigações financeiras.

Salários e encargos sociais

O saldo de salários e encargos sociais apresentou uma redução de 8,1%, passando de R\$ 10,9 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 10,0 milhões em 31 de dezembro de 2015. Essa redução foi consequência do

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

decréscimo no nível de atividades em 2015, parcialmente compensado por aumentos salariais (dissídio coletivo).

Tributos a pagar

Ao contrário da redução esperada em função do encolhimento do volume de atividades ocorrido em 2015, o saldo de tributos a pagar apresentou aumento de 56,2%, passando de R\$ 2,1 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 3,3 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esse incremento foi consequência do saldo de 2015 estar inflado, indevidamente, pelo valor de PIS/COFINS referente a maio de 2015 (R\$ 1,2 milhões), o qual não foi recolhido na competência adequada. O valor em questão foi quitado em janeiro de 2016, mediante denúncia espontânea por iniciativa da Companhia.

Participação nos lucros a pagar

Em 31 de dezembro de 2014 a participação nos lucros a pagar foi de R\$ 0,5 milhão. Em 31 de dezembro de 2015 não houve participação nos lucros a pagar, visto o EVA (*Economic Value Added*) de 2015 ter sido negativo.

Juros sobre o capital próprio a pagar

O saldo de juros sobre o capital próprio a pagar apresentou aumento de 43,2%, passando de R\$ 2,1 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 3,0 milhões em 31 de dezembro de 2015.

Contas a pagar por aquisição societária

O saldo de contas a pagar por aquisição societária apresentou um aumento de 13,2%, passando de R\$ 17,5 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 19,8 milhões em 31 de dezembro de 2015. O saldo desta conta em 2015 foi fruto dos seguintes eventos: quitação da parcela anual de curto prazo de 2014, reclassificação da parcela anual de longo prazo de 2014 para curto prazo e respectiva correção pelo CDI.

Outros passivos

O saldo de outros passivos apresentou redução de 48,4%, passando de R\$ 0,9 milhão em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 0,5 milhão em 31 de dezembro de 2015, basicamente em função da retração no nível de atividades.

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

O saldo de nossos empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentou decréscimo de 83,8%, passando de R\$ 5,5 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 0,9 milhão em 31 de dezembro de 2015. Essa redução foi fruto de alteração na estratégia da Companhia para gestão do caixa, que optou por reduzir os níveis de disponibilidades ao longo de 2015, utilizados para quitação de obrigações financeiras.

Contas a pagar por aquisição societária

O saldo de contas a pagar por aquisição societária apresentou redução de 43,4%, passando de R\$ 34,9 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 19,8 milhões em 31 de dezembro de 2015. O saldo de 2014 contemplava duas parcelas anuais restantes, ao passo que o saldo de 2015 contemplava apenas uma parcela remanescente. O saldo desta obrigação é indexado ao CDI.

Provisão para risco

O saldo de provisões em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 0,4 milhão. Ele representa os riscos com processos trabalhistas, considerados de perda provável, de acordo com parecer de nossos consultores jurídicos externos.

Patrimônio líquido

Capital social

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nosso capital social em 2015 e 2014 foi de R\$ 41,9 milhões.

Reserva de capital

Nossa reserva de capital apresentou incremento de 1.274,42%, passando de R\$ 0,04 milhão em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 0,6 milhão em 31 de dezembro de 2015. Essa reserva é referente ao plano de *stock options* para os administradores e certos empregados da Companhia. Ver item 13.4 do Formulário de Referência.

Reserva de lucros

Nossa reserva lucros apresentou incremento de 82,3%, passando de R\$ 5,5 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 10,0 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esse aumento decorreu dos resultados positivos no período, parcialmente compensados pela distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos provisionados.

Demonstrações de fluxo de caixa

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Demonstrações de fluxo de caixa	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2016	2015	Variação 2016x2015
	(milhares de reais)	(milhares de reais)	(%)
1-Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro antes dos impostos	8.401	9.829	-14,53
Ajustes:			
Depreciação e amortização	9.991	9.870	1,23
Perda (ganho) na baixa dos ativos imobilizados e intangíveis	(5.983)	(1.788)	234,62
Equivalência patrimonial	40	15	166,67
Juros, variação monetária sobre os empréstimos e aquisição societária.	6.395	8.798	-27,31
Receita de aplicações financeiras	-	(3.572)	100
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	199	413	-51,82
Provisão para devedores duvidosos	1.845	1.284	43,69
Despesas de stock options reconhecida no exercício.	965	547	76,42
Variação nos ativos e passivos:			
Contas a receber	(18.940)	5.670	-434,04
Estoques	305	(187)	263,10
Tributos a recuperar	(2.416)	(2.148)	12,48
Outros ativos	(558)	279	-300
Fornecedores	(56)	1.901	-102,95
Salários e encargos sociais	2.789	(880)	416,93
Tributos a pagar	(131)	1.194	-110,97
Outros passivos	172	(950)	118,11
Impostos pagos	(183)	(1.283)	-85,74

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Caixa líquido - atividades operacionais	2.835	28.992	-90,22
2 - Fluxo de Caixa Atividade de Investimento			
Investimento em sociedades por conta de participação	(43)	(76)	-43,42
Resgate/(aquisição) de títulos e valores mobiliários	-	27.271	-100,00
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	(4.535)	(6.583)	-31,11
Caixa recebido na venda de imobilizado	9.618	2.239	329,57
Caixa líquido - atividades de investimento	5.040	22.851	-77,94
3 - Fluxo de Caixa - Atividade de Financiamento			
Aporte de Capital	7	-	100
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	(2.962)	(2.069)	43,16
Amortização do contas a pagar por aquisição societária.	(15.647)	(15.647)	-
Amortização de empréstimos - principal	(16.898)	(32.133)	-47,41
Ingresso de empréstimos	22.360	11.314	97,63
Juros pagos	(6.858)	(4.988)	37,49
Liquidação de derivativos (Swap)	391	-	100
Caixa líquido - atividades de financiamento	(19.607)	(43.523)	-54,95
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(11.732)	8.320	-241,01
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	23.795	15.475	53,76
Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício	12.063	23.795	-49,30

O fluxo de caixa das nossas atividades operacionais foi positivo em R\$ 2,8 milhões e R\$ 29,0 milhões em 2016 e 2015, respectivamente, o que representa redução de 90,22%. A principal causa desta variação foi o aumento no saldo do contas a receber, por dois fatores: incremento das receitas líquidas no último trimestre de 2016 (26,3% em relação ao mesmo período do ano anterior) e incremento no prazo médio de recebimento (64 e 70 dias em dez/15 e dez/16, respectivamente). A variação no prazo médio de recebimento foi ocasionada, principalmente, por títulos a vencer.

O fluxo de caixa das nossas atividades de investimento foi positivo em R\$ 5 milhões e R\$ 22,9 milhões em 2016 e 2015, respectivamente. Em 2016 a Companhia decidiu reduzir a aquisição de novos equipamentos.

O fluxo de caixa das nossas atividades de financiamento consumiu R\$ 43,5 milhões em 2015 e R\$ 19,6 milhões em 2016. O maior volume de amortização de empréstimos em 2015 foi consequência de alteração da estratégia de gestão do caixa.

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Demonstrações de fluxo de caixa	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2015	2014	Variação

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

			2015x2014
	(milhares de reais)	(milhares de reais)	(%)
1-Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro antes dos impostos	9.829	11.168	-11,99
Ajustes:			
Depreciação e amortização	9.870	9.337	5,71
Participação nos lucros a pagar	-	524	-100
Perda (ganho) na baixa de imobilizados e intangíveis	(1.788)	(1.379)	-29,66
Equivalência patrimonial	15	-	100
Juros, variação monetária sobre empréstimos e aquisição societária.	8.798	10.317	-14,72
Receita de aplicações financeiras	(3.572)	(3.164)	-12,9
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	413	21	1.866,67
Provisão para devedores duvidosos	1.284	5.487	-76,6
Despesas de stock options reconhecida no exercício.	547	43	1.172,09
Variação nos ativos e passivos:			
Contas a receber	5.670	2.261	150,77
Estoques	(187)	(133)	-40,6
Tributos a recuperar	(2.148)	(2.928)	-56,66
Outros ativos	279	1.139	-75,5
Fornecedores	1901	2.168	-12,32
Salários e encargos sociais	(880)	(2.874)	-69,38
Tributos a pagar	1.194	(1.906)	162,64
Outros passivos	(950)	(4.197)	-77,36
Impostos pagos	(1.283)	(2.711)	-52,67
Caixa líquido - atividades operacionais	28.992	23.173	19,97
2 - Fluxo de Caixa Atividade de Investimento			
Investimento em sociedades por conta de participação	(76)	-	-
Resgate/(aquisição) de títulos e valores mobiliários	27.271	16.927	61,11
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	(6.583)	(11.206)	-41,25
Caixa recebido na venda de imobilizado	2.239	2.859	-21,69
Caixa líquido - atividades de investimento	22.851	8.580	166,33
3 - Fluxo de Caixa - Atividade de Financiamento			
Aporte de capital	-	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	(2.069)	-	-100,00
Amortização do contas a pagar por aquisição societária.	(15.647)	(26.951)	41,94

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Amortização de empréstimos - principal	(32.133)	(18.297)	-75,62
Ingresso de empréstimos	11.314	32.463	-65,15
Juros pagos	(4.988)	(4.278)	16,60
Liquidação de derivativos (Swap)	-		
Caixa líquido - atividades de financiamento	(43.523)	(17.063)	-155,07

Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	8.320	14.690	198,91
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.475	785	1.871,34
Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício	23.795	15.475	-53,35

O fluxo de caixa das nossas atividades operacionais foi de R\$ 29,0 milhões em 2015 e R\$ 23,2 milhões em 2014.

O fluxo de caixa das nossas atividades de investimento gerou R\$ 22,9 milhões em 2015 e R\$ 8,6 milhões em 2014. Em face do spin-off da divisão de serviços industriais ter ocorrido no final de 2013, a Companhia realizou investimentos em bens do ativo imobilizado em 2014 para estruturação de filiais e sede própria.

O fluxo de caixa das nossas atividades de financiamento consumiu R\$ 43,5 milhões em 2015 e R\$ 17,1 milhões em 2014. O maior volume de amortização de empréstimos em 2015 foi consequência de alteração da estratégia de gestão do caixa.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**a. Resultados das Operações da Companhia, em especial:****i. descrição de componentes importantes da receita**

A receita líquida de vendas e serviços da Companhia é integralmente denominada em reais e provém da prestação de serviços de engenharia de acesso, tratamento de superfície, pintura industrial, isolamento térmico, habitats pressurizados e locação, venda e indenização de equipamentos não devolvidos ou danificados por nossos clientes.

A tabela a seguir apresenta a participação de cada uma destas categorias no total de sua receita líquida de bens e serviços nos períodos indicados:

Descrição	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
	(R\$ mil)	(R\$ mil)	(R\$ mil)
Prestação de Serviços e Cessão	182.372	162.460	194.257
Locação de Equipamentos	8.652	5.375	6.857
Vendas	4.085	1.683	8.881
Indenizações e recuperação	9.003	1.689	1.235
Total	204.112	171.207	211.230

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os principais custos dos produtos vendidos e serviços prestados são custos de execução de obras, que incluem aqueles relativos a (i) pessoal para prestação dos serviços, montagem e desmontagem dos bens próprios locados, quando feitas pela Companhia; (ii) equipamentos sublocados de terceiros, quando o estoque é insuficiente para atender à demanda; (iii) despesas com materiais consumidos nas obras, desde equipamentos de proteção individual (EPIs) até madeira, tintas e isolantes térmicos; e (iv) fretes de transporte de equipamento entre filiais e eventualmente para os clientes.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015, 2014, os custos de execução de obras representaram, respectivamente, 94%, 96% e 93% do total dos principais custos dos produtos vendidos e serviços prestados da Companhia, excluindo-se a depreciação. Essa representatividade dos custos de execução de obras é típica em nosso negócio, visto nossa atividade ser intensiva no uso de mão de obra.

As principais despesas operacionais são despesas com coordenação de contratos, que compreendem aquelas relativas às equipes de projetos e de engenheiros da área comercial responsáveis pela prospecção de novos negócios, gestão e acompanhamento de cada um dos contratos da Companhia, incluindo salários, encargos e benefícios, viagens, representações e comunicação. Dada a natureza dos negócios da Companhia, não existe uma equipe exclusivamente voltada para vendas. Além das despesas já descritas, as despesas operacionais incluem aquelas relativas a QSMS, serviços gerais, marketing, suprimentos e provisões para devedores duvidosos. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, as despesas da Companhia com coordenação de contratos corresponderam a 39%, 44% e 45% do total das despesas operacionais.

Outras despesas operacionais, gerais e administrativas relevantes incluem: (i) despesas administrativas, que compreendem aquelas incorridas com a área financeira, de relações com investidores, recursos humanos e presidência, inclusive salários e benefícios, (ii) participação dos empregados nos resultados e despesas com planos de opções de compra de ações, (iii) outras despesas administrativas, que compreendem, principalmente, atualizações e ajustes de provisões para contingências.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O resultado financeiro compreende o total das despesas financeiras da Companhia, líquido do total das receitas financeiras da Companhia. As principais despesas financeiras são juros sobre empréstimos e contas a pagar relativo a aquisição de participação societária. As principais receitas financeiras correspondem aos rendimentos das aplicações financeiras, dividendos e juros sobre títulos eventualmente pagos em atraso pelos clientes da Companhia.

As despesas com imposto de renda e contribuição social corrente são calculadas de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil, na data da apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, sobre a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25,0% para o imposto de renda e de 9,0% para a contribuição social.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços. i. Efeito das variações de preços e volumes em nossas receitas, ii. Efeito da variação da taxa de câmbio em nossas receitas, iii. Efeito da inflação em nossas receitas, iv. Introdução de novos produtos e serviços.

As receitas da Companhia têm correlação direta com variações dos preços e dos volumes dos serviços prestados e dos equipamentos locados aos seus clientes. Introdução de novos produtos e serviços também impacta diretamente a receita. Quanto à inflação, sua correlação com a receita da Companhia é indireta, na medida em que os reajustes só ocorrem na renovação ou no fechamento de novos contratos, refletindo a inflação passada. Atualmente, a receita da Companhia não tem correlação com a flutuação de taxas de câmbio.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

As despesas da Companhia estão sujeitas a impactos decorrentes da inflação via reajustes salariais de seu pessoal, do aumento de valor dos serviços que contrata, tais como fretes, dos insumos que utiliza na prestação dos serviços, tais como tintas e materiais para isolamento térmico, e das despesas financeiras relativas ao endividamento bancário. Além disso, os equipamentos nos quais a Companhia investe para utilizar em sua prestação de serviços, também estão sujeitos a aumentos por inflação e por variação do preço das commodities, principalmente aço e alumínio.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Nos últimos três exercícios sociais, não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 18 de março de 2016 a Companhia constitui a sociedade denominada Priner Locação de Equipamentos S.A., registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 11/04/2016. A Companhia não espera que esse ato tenha efeito relevante nas suas demonstrações financeiras.

c. eventos ou operações não usuais

Nos últimos três exercícios sociais, não houve evento ou operação não usual por parte da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não houve alteração de práticas contábeis, métodos de cálculo, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve alteração de práticas contábeis, métodos de cálculo, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas nos pareceres dos auditores independentes relativos às nossas demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016.

Nos pareceres dos auditores independentes relativos às nossas demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016, constam os seguintes parágrafos de ênfase:

➤ **2016**

Reapresentação das demonstrações financeiras

“Em 14 de julho de 2017, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre a reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Priner Serviços Industriais S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Conforme descrito na nota explicativa nº 3.9, essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo atualizadas em atendimento ao Ofício CVM nº 267/17 e estão sendo novamente reapresentadas, incluindo as alterações descritas na referida nota explicativa. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

A Diretoria esclarece que as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 foram reapresentadas com o objetivo de (i) atender às regras contábeis aplicáveis às companhias abertas e realizar aprimoramentos no referido documento, conforme normas emitidas pela CVM, com a finalidade específica de obtenção de registro de emissores de valores mobiliários junto à CVM na categoria “A”, (ii) ajustar as informações divulgadas na nota explicativa nº 25 – Resultado por segmento, no que se refere à representatividade individual dos clientes da Companhia, (iii) incluir os Principais Ajustes de Auditoria, nos termos do Ofício CVM nº 267/2017, e (iv) considerar o evento subsequente identificado após a última reapresentação das demonstrações financeiras da Companhia relativo à provisão para devedores duvidosos sobre recebíveis de cliente que entrou em recuperação judicial e correspondente efeito de imposto de renda diferido ativo. Destacamos que a ênfase mencionada acima somente tem o objetivo de esclarecer o motivo da referida reemissão, não representando nenhuma divergência dos auditores em relação às práticas contábeis da nossa Companhia.

➤ **2015**

“Em 12 de maio de 2017, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre a reapresentação das demonstrações financeiras da Priner Serviços Industriais S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Conforme descrito na nota explicativa nº 3.9, essas demonstrações financeiras estão sendo alteradas em certas divulgações e estão sendo novamente reapresentadas conforme previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro e IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.”

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A Diretoria esclarece que as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 foram reemitidas com o objetivo de (i) atender às regras contábeis aplicáveis às companhias abertas e realizar aprimoramentos no referido documento, conforme normas emitidas pela CVM, com a finalidade específica de obtenção de registro de emissores de valores mobiliários junto à CVM na categoria “A”, (ii) ajustar as informações divulgadas na nota explicativa nº 26 – Resultado por segmento, no que se refere à representatividade individual dos clientes da Companhia, além de (iii) ajustar e reclassificar as demonstrações de fluxo de caixa no que se refere (a) às transações de venda de imobilizados no exercício entre a atividades de investimento e atividades operacionais; (b) à reclassificação da apresentação inicial da atividade operacional partindo de lucro antes dos impostos contra impostos pagos e tributos a recuperar sem alteração no total da atividade; (c) abertura da rubrica juros pagos na atividade de financiamento sem resultar em modificação no total da atividade. Destacamos que a ênfase mencionada acima somente tem o objetivo de esclarecer o motivo da referida reemissão, não representando nenhuma divergência dos auditores em relação às práticas contábeis da nossa Companhia.

➤ **2014**

“Em 31 de março de 2015, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras da Priner Serviços Industriais S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, que ora está sendo reapresentada. Conforme descrito na nota explicativa nº 3.9, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir ajustes, reclassificações e divulgações adicionais como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro e IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors e no CPC 26(R1) – Apresentação das demonstrações Contábeis e IAS 1 – Presentation of Financial Statements, as quais estão detalhadas na referida nota explicativa. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.”

A Diretoria esclarece que as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 foram reemitidas com o objetivo de (i) atender às regras contábeis aplicáveis às companhias abertas e realizar aprimoramentos no referido documento, conforme normas emitidas pela CVM, com a finalidade específica de obtenção de registro de emissores de valores mobiliários junto à CVM na categoria “A”; e (ii) ajustar e reclassificar as demonstrações de fluxo de caixa no que se refere (a) às transações de venda de imobilizados no exercício entre a atividades de investimento e atividades operacionais; (b) à reclassificação da apresentação inicial da atividade operacional partindo de lucro antes dos impostos contra impostos pagos e tributos a recuperar sem alteração no total da atividade; e (c) abertura da rubrica juros pagos na atividade de financiamento sem resultar em modificação no total da atividade. Destacamos que a ênfase mencionada acima somente tem o objetivo de esclarecer o motivo da referida reemissão, não representando nenhuma divergência dos auditores em relação às práticas contábeis da nossa Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a diretoria da Companhia faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

- (i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e investimento reconhecido ao custo

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e das expectativas da Administração para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa ou investimento objetos dos testes. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

- (ii) Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

- (iii) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência da administração e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Imposto diferido ativo é reconhecido para todas as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização destas. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

- (iv) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros tais como os títulos e valores mobiliários apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**(v) Provisões para devedores duvidosos**

A avaliação da necessidade de constituição dessa provisão inclui a análise de evidências disponíveis quanto a capacidade de pagamento dos seus clientes, inclusive de forma a permitir a classificação de alguns como preferenciais e embasar o encaminhamento de outros para cobrança jurídica. Julgamento significativo da Administração é requerido na classificação de seus clientes, na definição dos critérios aplicados e na avaliação da sua acurácia.

(vi) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(vii) Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. Durante o exercício a Companhia acessou a vida útil dos bens e concluiu que o prazo de 10 anos representa com razoabilidade a vida útil média dos ativos da Companhia e deve ser mantido para seus equipamentos no exercício de 2017.

(viii) Reconhecimento de Receita

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas no resultado tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base de apresentação das demonstrações financeiras.

A diretoria da Companhia apresenta, a seguir, uma discussão sobre o que considera como práticas contábeis relevantes para apresentação das informações financeiras da Companhia.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem o caixa, depósitos bancários, aplicações de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo em até 90 dias a partir da data da aplicação.

(ii) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

(iii) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido em curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

(b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

(c) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Companhia compreendem, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(d) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Companhia na cobrança de pagamentos e

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

o aumento no número de pagamentos em atraso, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são debitados à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

(a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se: (i) foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo; ou (ii) faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pela Companhia e suas controladas e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; ou (iii) é um derivativo não designado como instrumento de “hedge” efetivo.

(b) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e financiamentos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

(iii) Contas a receber de clientes

As contas a receber são reconhecidas pelo regime de competência quando da prestação dos serviços e/ou venda para os clientes. Todas as contas a receber têm origem os serviços prestados ou vendas de mercadoria.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo no momento da venda, ajustado pela redução ao valor recuperável (provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD).

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A provisão é constituída quando há evidência objetiva de que a Companhia não conseguirá receber o montante total de acordo com os termos originais das contas a receber.

As contas a receber são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos sem cotação em mercado ativo. Após mensuração inicial, esses ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado segundo o método de taxa efetiva de juros - "TEJ", deduzindo a perda do valor recuperável.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é calculada com base na análise de risco de crédito, que contempla a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos. A metodologia adotada é a de considerar na provisão para crédito de liquidação duvidosa 50% dos créditos vencidos acima de 60 dias e 100% para os vencidos acima de 120 dias. Os créditos dos clientes preferenciais, assim definidos pela área comercial, são provisionados apenas se estiverem vencidos acima de 180 dias.

A celebração de confissão de dívida, com garantias reais e líquidas (preferencialmente fiança bancária ou seguro garantia) não ensejará a contabilização de PCLD.

A celebração de confissão de dívida, sem garantias reais e líquidas não ensejará a contabilização de PCLD. Caso o cliente deixe de honrar a 2º parcela necessária da confissão de dívida, todo o valor a receber será lançado em PCLD.

(iv) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método de custo médio. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

(vii) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil, na data da apresentação das demonstrações financeiras que são 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. Periodicamente a administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

(ix) Investimentos em controlada e sociedade em conta de participação

Os direitos e obrigações detidos pela Companhia na sociedade em conta de participação (SCP), conforme detalhado na Nota Explicativa 8, foram avaliados pela Administração da Companhia à luz dos requerimentos do CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, resultando na classificação do mesmo como um empreendimento controlado em conjunto.

Um empreendimento controlado em conjunto é um acordo através do qual as partes que detêm controle conjunto sobre o acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle.

Os resultados e os ativos e passivos da sociedade controlada em conjunto e da controlada Priner Locação de Equipamentos S.A. são incorporados nestas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado e em outros resultados abrangentes da sociedade controlada em conjunto e da empresa controlada Priner Locação.

As exigências do CPC 38 são aplicadas para determinar a necessidade de reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável relacionada ao investimento da Companhia na SCP. Quando necessário, o valor contábil total da SCP é submetido ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 01 (R1) como um único ativo comparando seu valor recuperável (que é o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido do custo de venda) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida, quando aplicável, fará parte do valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o CPC 01 (R1) na extensão em que o valor recuperável do investimento aumenta posteriormente.

(x) Imobilizado de locação e uso operacional

O imobilizado de locação e uso operacional, composto por andaimes suspensos, estruturas de acesso, equipamento de jateamento e habitats pressurizados, é utilizado para prestação de serviços a terceiros.

O imobilizado de uso próprio consiste em máquinas e equipamentos, em instalações para guarda dos equipamentos, edificações, benfeitorias, mobiliário e equipamentos necessários ao funcionamento destas instalações.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

São avaliados ao custo histórico deduzido de depreciação e perda por redução recuperável acumuladas, quando aplicável. Custo histórico inclui gastos diretamente atribuídos à aquisição dos bens do ativo imobilizado.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear que levam em consideração a estimativa de vida útil-econômica dos bens. Terrenos não são depreciados.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado operacional.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados, a cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado no exercício de 2016 e concluiu que não há alterações a realizar nesse exercício.

(xi) Intangível – Software

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Custos associados ao desenvolvimento e manutenção desses softwares são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os softwares possuem vida útil definida e são amortizados no prazo de cinco anos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado no exercício de 2016 e concluiu que não há alterações a realizar nesse exercício.

(xii) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa- UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

(xiii) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(xiv) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas são registradas pelo montante das perdas prováveis, observada a natureza de cada provisão. As provisões, quando constituídas, são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender as obrigações do contrato. A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato e o custo líquido esperado de continuar com o contrato.

(xv) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é feito ao longo do ano, sendo desembolsado no exercício seguinte. O valor de participação de resultados de 2016 foi nulo. O mesmo é função do valor econômico adicionado (EVA – *Economic Value Added*).

O EVA indica se a rentabilidade de um determinado negócio (empreendimento) foi superior ou inferior ao custo do capital empregado, considerando a estrutura de capital da Companhia.

Seu cálculo é feito através da seguinte fórmula: $(\text{Lucro operacional após o imposto de renda}) - (\text{capital empregado} \times \text{custo médio ponderado de capital})$.

(xvi) Plano de opção de compra de ações

A Companhia oferece a determinados empregados e executivos planos de opção de compra de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições.

Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social, quando as opções são exercidas.

(xvii) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo valor de custo amortizado. A metodologia do cálculo para cada empréstimo segue as condições particulares de cada contrato, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

As taxas e tributos pagos para contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, e também são registrados na rubrica despesas financeiras pela taxa efetiva de juros.

A Administração controla diariamente os saldos de cada dívida através de controles gerenciais, no qual atualiza os indicadores financeiros (taxas de juros e spreads) conforme acordado em cada contrato.

Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento do balanço das demonstrações financeiras.

(xviii) Capital social

O capital social da Companhia é dividido em ações ordinárias e sem valor nominal.

(xix) Distribuição de dividendos e juros de capital próprio

A distribuição de dividendos e juros de capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado e reclassificado para o patrimônio líquido, sendo dado ao JCP o mesmo tratamento de apresentação contábil dos dividendos.

(xx) Reconhecimento de receitas e despesas

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço.

A receita de locação é reconhecida *pró-rata temporis* no resultado mensalmente de forma linear de acordo com os contratos de locação de equipamentos.

A Companhia separa os componentes identificáveis de um único contrato ou de um grupo de contratos a fim de refletir a substância de um contrato ou de um grupo de contratos, reconhecendo a receita de cada um dos elementos de forma proporcional ao seu *fair value*. Desta forma a receita da Companhia se divide em locação, serviços e indenizações.

A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Companhia.

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre as vendas.

Receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

(xxi) Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado por meio do resultado do período da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado diluído por ação é

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e na IAS 33.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a nossa Companhia mantenha riscos e responsabilidades, não evidenciadas nas nossas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

iv. contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, uma vez que não existem itens relevantes não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, uma vez que não existem itens relevantes não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, uma vez que não existem itens relevantes não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2014, 41% dos investimentos realizados pela Companhia referiram-se a informática (23%) e benfeitorias (18%). Esses investimentos foram necessários pelo fato da Companhia ter sofrido *spin-off* em 2013, precisando montar estrutura física (sede e filiais) e sistemas (*hardware* e *softwares*) para seu funcionamento. O restante dos investimentos referiram-se a ativos operacionais: equipamentos de acesso (37%), equipamentos para tratamento de superfície e pintura industrial (9%), habitáculos pressurizados (8%) e diversos (veículos e outros) (5%).

Em 2015, houve redução natural nos investimentos em benfeitorias (3%) e informática (6%), sendo a maior parte de nossos investimentos relacionados a habitáculos pressurizados (54%) e equipamentos de acesso (31%). 6% dos investimentos do período referiram-se a veículos e outros, não tendo sido realizados investimentos em equipamentos para tratamento de superfície e pintura industrial.

A distribuição dos investimentos em 2016 foi a seguinte: habitáculos pressurizados (26%), equipamentos para tratamento de superfície e pintura industrial (20%), equipamentos de acesso (20%), informática (17%), benfeitorias (11%) e diversos (6%).

A Companhia persegue o objetivo de investir em equipamentos que gerem melhoria de produtividade, visto nosso negócio ser intensivo no uso de mão de obra.

Os planos da Companhia prevê investimentos limitados a equipamentos produtivos que gerem redução imediata de custos ou necessários para o atendimento a novos contratos de prestação de serviços e/ou locação, além de a estudos para aquisição de ERP e novas oportunidades para aquisições de outras empresas.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia avalia as fontes de investimento disponíveis no mercado financeiro no momento da realização de investimentos. A escolha da fonte de financiamento é feita com base nos custos dos financiamentos disponíveis, na liquidez da Companhia no momento da captação, no retorno financeiro previsto para os projetos de investimento, na previsão de fluxo de caixa e, consequentemente, na liquidez da Companhia prevista para o horizonte do projeto.

Para eventuais fusões e aquisições, a Companhia considera diversas alternativas para fontes de financiamento, dentre as quais destacamos: financiamentos bancários, aporte de capital dos sócios, troca de ações e uso de recursos disponíveis em caixa.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Não aplicável.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.